



Mapa das Organizações
da Sociedade Civil

Metodologia

O que é o Mapa das OSCs?

Este portal é resultado de parceria entre a Secretaria Geral da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Mapa apresenta informações e indicadores sobre Organizações da Sociedade Civil brasileiras e suas parcerias com o Governo Federal, entre outras informações relevantes.

O Mapa é um portal aberto, gratuito e público que disponibiliza informações sobre o perfil das Organizações da Sociedade Civil em atuação no país, o caráter das relações que mantêm com o governo federal e a forma de participação social em conselhos, comitês e comissões de políticas públicas. A principal missão é oferecer de forma transparente os dados sobre as organizações civis no país e fortalecer sua atuação na democracia brasileira.

Quais são as informações disponíveis?

O Mapa apresenta diversas informações extraídas de 14 bases de dados produzidas por 12 ministérios, sendo as informações disponíveis anualmente na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego a referência do universo de organizações civis em atuação no país. Os dados coletados podem ser encontrados de forma georreferenciada no Mapa ou em seções referentes às próprias organizações. A seguir são listadas algumas informações disponíveis, já com alguns “links” diretos para os dados do Brasil:

- Quantidade de organizações, parcerias e vínculos formais das organizações, além do valor dos recursos destinados a elas, agregados por macrorregião brasileira, unidades da federação e municípios;
- Localização, tipo de atividade econômica e de natureza jurídica e "website" das organizações;
- Quantidade de parcerias com o governo federal em execução ou finalizadas e o valor global destinado pela administração federal a cada convênio;
- Número e natureza dos vínculos ativos e formais das organizações;
- Títulos e certificações federais concedidas às organizações;
- Participação das organizações em conselhos e comissões de políticas públicas e muito mais...

Confira abaixo a lista de bases de dados incorporadas no Mapa:

- Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do trabalho e Emprego (MTE/RAIS 2013);
- Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça – Utilidade Pública Federal (MJ/CNES/UPF);
- Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (MJ/CNES/OSCIP);
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Ministério da Educação (MEC/CEBAS);
- Censo do Sistema Único de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS/Censo SUAS);
- Base de dados do Ministério de Desenvolvimento Social coletada por formulário eletrônico (MDS/Base);
- Cadastro Nacional de Entidades Ambientais do Ministério do Meio Ambiente (MMA/CNEA);
- Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura (MINC/SALICWEB);
- Entidades organizadoras financiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCID/MCMV-E);
- Estabelecimentos do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (MS/SUS);
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS Saúde/MS);

- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/FINEP/MCTI);
- Sistema de Convênios do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG/SICONV); e
- Participação em Conselhos, Comitês e Comissões de Políticas Públicas (SGPR/Conselhos).

Como a base de dados utilizada foi construída?

A caracterização das Organizações da Sociedade Civil no Brasil esbarra, em primeiro lugar, no fato de não haver parâmetros ou conceitos consolidados que sejam capazes de definir o conjunto dessas organizações. Atualmente, o estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil), com edições referentes aos anos de 2002, 2005 e 2010, é a principal referência na área. Esse estudo foi realizado a partir de informações existentes no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE.

Com o objetivo de construir estatísticas comparáveis internacionalmente, a Fasfil adota como referência para a definição das fundações privadas e associações sem fins lucrativos a metodologia do “Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts”, elaborado pela Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com a Universidade Johns Hopkins. Nesse sentido, foram consideradas na Fasfil as organizações existentes no CEMPRE como entidades sem fins lucrativos (código de natureza jurídica iniciado pelo número três) e que se enquadraram, simultaneamente, nos cinco critérios seguintes:

- Privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;
- Institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- Autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

O Mapa das Organizações da Sociedade Civil adotou metodologia de classificação das organizações que permite comparações com os dados da Fasfil e de estudos internacionais. Filtros e testes de consistência foram realizados sobre os microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a base central deste estudo, com o fim de obter-se o conjunto de OSCs que deveria constar no Mapa. Dois filtros fundamentais foram aplicados sobre a RAIS com a premissa de que apenas OSCs com registro formal (i.e. CNPJ) e com natureza jurídica de entidades sem fins lucrativos compusessem a base do Mapa:

- Atividade efetiva: apenas entidades que declararam atividade no ano base da RAIS ou que, mesmo se declarando inativas, possuíam um ou mais vínculos formais permaneceram no banco de dados.
- Naturezas jurídicas de OSCs: apenas organizações que pertencem às seis naturezas jurídicas abaixo compõem o Mapa. Esse critério de classificação abrange as fundações privadas e associações que foram objeto da Fasfil e foi validado em oficinas com a presença de representantes de órgãos públicos federais, estudiosos do tema e representantes de organizações.
 - Fundações privadas;
 - Fundação ou associação estrangeira com sede no Brasil;
 - Fundação ou associação brasileira domiciliada no exterior;
 - Organização religiosa;
 - Comunidade indígena;
 - Associação privada.

O processo de limpeza da base de dados da RAIS 2013 encontrou inconsistências quanto à sua natureza jurídica especial, isto é, Entidade sem Fins Lucrativos (3). Havia CNPJs LTDA, sociedades anônimas (S/A), órgãos públicos (secretarias municipais, estaduais e prefeituras) e organizações pertencentes a outras categorias jurídicas de entidades sem fins lucrativos. A exclusão dessas organizações inconsistentes seguiu os critérios adotados pela Fasfil 2010, que retirou as entidades dos seguintes subgrupos: caixas escolares e similares; partidos políticos; sindicatos, federações e confederações; condomínios; cartórios; sistema S; entidades de mediação e

arbitragem; comissão de conciliação prévia; conselhos, fundos e consórcios municipais; e cemitérios e funerárias.

Como se pode ver no código disponibilizado em link no fim deste texto, buscas por expressões regulares na razão social das organizações e pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) (isto é, das entidades com atividades de organizações sindicais) informaram quais entidades deveriam ser retiradas da base de dados. A limpeza feita em razão de inconsistências e de CNPJs duplicados resultou na redução de cerca de 33% do número de organizações da sociedade civil da RAIS 2013.

Além da RAIS, mais 21 bases de dados provenientes de 14 órgãos da administração federal foram levantadas com o fim de analisarem-se as relações das organizações civis com o governo federal. Essas bases foram agrupadas em três blocos, que representam formas de interação entre organizações e Estado: (a) Perfil das OSCs: títulos, certificações e cadastro; (b) recursos públicos; e (c) participação social. Testes de consistência foram aplicados a cada uma das bases em análise individualizada. A incorporação dessas bases àquela da RAIS e a posterior construção de uma base única de dados foram feitas por meio do CNPJ das organizações. Informações complementares componentes dessa base única serão adicionadas ao Mapa paulatinamente.

Figura 1 – Blocos de bases de dados componentes do Mapa das OSCs



Fonte: FVG construção própria

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Na atual versão do Mapa, a base de dados da RAIS é referente ao ano 2013. A base de dados do Sistema de Convênios do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SICONV) é atualizada diariamente. Dois filtros importantes são aplicados ao SICONV que consta no Mapa:

- Parcerias com proponentes privados: foram selecionadas apenas convênios e propostas com proponentes cuja esfera administrativa seja privada.
- Parcerias efetivamente celebradas: apenas parcerias efetivamente celebradas com entidades privadas no período de 2012 a 2015 foram mantidas na base de dados.

O Mapa das Organizações da Sociedade Civil pretende ser uma ferramenta para auxiliar a interlocução e a transparência nas relações entre sociedade e Estado, principalmente por apresentar dados sobre a atuação das organizações civis brasileiras. Assim, todos os códigos executados em “softwares” estatísticos na limpeza e na consolidação das bases de dados utilizadas no Mapa são disponibilizados para os usuários, que poderão colaborar na sua construção acessando a [página do Mapa no GitHub](#).